

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 19 DE MAIO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO SCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOAO FADEL	ARENA
JOAO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDAO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSAO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSAO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)
1.º Secretário — Ivo Thomazoni
2.º Secretário — Quielse Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSAO DE CONSTITUICAO E JUSTICA

TITULARES

- Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silverio; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTES

- Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel; Sebastião Rodrigues (MDB).

COMISSAO DE FINANÇAS

TITULARES

- Presidente — Fuad Nacli
Vice-Presidente — Antonio Belinatti
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.
Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro.

Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTES

- Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSAO DE ORÇAMENTO

TITULARES

Presidente — Jorge Sato

Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSAO DE AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMERCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSAO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

SUPLENTES

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSAO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSAO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSAO DE POLICIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSAO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSAO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotto Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSAO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSAO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

2.^a Sessão Legislativa da 7.^a LegislaturaAta da 52.^a Sessão Ordinária
Realizada em 19 de Maio de 1972
(Sexta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Srs. Deputados Arthur de Souza e Álvaro Dias.

As 10,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes — Antonio Costa — Nelson Buffara — Quielise Crisóstomo, Álvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — David Federmann — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato — João Fadel — João Mansur — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Nivaldo Krüger — Odilon Reinhardt — Paulo Camargo — Paulo Poli — Santos Lima e Wilson Brandão. (35); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Ivo Tomazi — Domício Scaramella — Rosário Pittelli — Aginaldo Pereira Lima — Emílio Carazzai — Fuad Nacli — Igo Losso — Muggiati Filho — Ovidio Franzoni — Pinto Dias — Sebastião Rodrigues Junior e Xenofonte Villanueva. (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. SECRETARIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E :

REQUERIMENTOS:

De autoria do Senhor Deputado Lázaro Dumont, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 288.71.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que adiante assina, regimentalmente requer, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Exm.º Sr. Governador do Estado e ao Exm.º Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de providenciar de imediato o pagamento das Zeladoras do Estado, que estão em atraso alguns meses, atingindo profundamente o problema social e financeiro dessa humilde classe paranaense. Além do mais, requer urgência na regulamentação de seus salários, bem como requer urgência aos seus problemas de assistência médico-hospitalar e previdenciária.

Requer, seja apresentado junto a este, fotocópia do apelo que faz a Associação das Zeladoras de Maringá, em anexo.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1972.

(a) Wilson Brandão

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei N.º 55-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública, a Associação Paranaense de Ensino, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1972.

(a) Leopoldo Jacomet

JUSTIFICATIVA:

A Associação Paranaense de Ensino, com sede nesta Capital, possuindo os Cursos Ginásial, Científico, Contabilidade, Secretariado e Administração em pleno funcionamento desde 1968, vem prestando serviços excepcionais no aprimoramento estudantil de nossos jovens e daqueles que, impossibilitados, retornam após muito tempo aos bancos escolares, procurando fazer um dos Cursos acima mencionados, em menos prazo, chamados mini-cursos, com calendário especial.

O mais importante é ressaltarmos que no presente ano letivo, 2.365 alunos frequentam esta Associação com o cognome de "Colégio Rui Barbosa" e "Cursos Objetivos Filojuri", dos quais 280 alunos possuem Bolsas de Estudo fornecidas pelo Colégio; isto representa que mais de 10% dos alunos são favorecidos, os impossibilitados de pagarem as já pequenas mensalidades, digo pequenas mensalidades, pelo motivo deste Colégio estar abaixo dos demais estabelecimento de ensino da Capital, cujos preços oscilam entre Cr\$ 70,00 (setenta cruzeiros) a Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) mensais, enquanto que neste Estabelecimento a mensalidade é de apenas Cr\$ 54,00 (cinquenta e quatro cruzeiros).

Desta forma os nobres companheiros, podem observar que é uma instituição tipicamente filantrópica, que procura desde a data de seu funcionamento aprimorar aqueles que necessitam de maior conhecimento, com menor tempo e economia financeira, o que não ocorreria se procurassem outros estabelecimentos de ensino congêneres.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra para falar no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A imprensa nacional divulgava ontem, com grande destaque, o caso negro da história política do Paraná, marcado pela triste passagem pelo Governo do Estado, do Sr. Haroldo Leon Peres.

Como detalhes principais das razões que levaram o Tribunal de Contas a não aprovar as contas do Sr. Leon Peres, destacam-se as viagens que o ex-Governador fez. (Lendo): Gastou numa ida a Ponta Grossa, viagem caríssima, mais de mil cruzeiros; três dias de Leon Peres em São Paulo custaram aos cofres públicos mais de oito mil cruzeiros; numa viagem a Brasília, de apenas três dias, queimou 10 mil cruzeiros. E assim o Tribunal de Contas rejeitou as contas de Haroldo Leon Peres, e transportou a esta Casa de Leis, a grande responsabilidade de dar o veredicto final a respeito dos gastos absurdos realizados ao Governo de Haroldo Leon Peres.

Isto vem a confirmar também que em grande parte a Oposição desta Casa de Leis tinha razão quando, ao lado de outros companheiros da ARENA aqui traziam requerimentos, pedidos de informação, críticas, denúncias contra o Governo Leon Peres, e vale salientar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não se pode fixar apenas na rejeição das contas de Leon Peres. Se houve irregularidade, como está provado pelo levantamento executado pelo Tribunal de Contas, não pode parar aí a situação de Leon Peres — já deixou o Governo, é bem verdade, já foi um terrível castigo — se houve imoralidade, se houve corrupção, cabe buscar-se o caminho da Justiça, para que Leon Peres, mesmo hoje não sendo mais do Governo, possa responder pelas banalidades que praticou no Governo do Estado do Paraná, porque, se terminarmos apenas com a rejeição de contas, futuramente outros administradores poderiam também botar a mão no jarro, enriquecerem à custa do Governo, certos de que o único prêmio que lhes restaria seria o afastamento puro e simplesmente do Governo. Se há corrupção, esta corrupção deve ser punida com severidade, para que sirva de exemplo aos atuais e futuros Governadores do nosso País.

E por último, Sr. Presidente Srs. Deputados, queremos, em nome de vários professores suplementaristas, protestar contra o Governo do Estado do Paraná, que já não está cumprindo com a sua palavra de pagar em dia os servidores públicos do nosso Estado; os professores suplementaristas lotados em quase todos os Municípios do Paraná estão sem receber os seus vencimentos de março e abril, e já estamos partindo para o final do mês de maio. Dentro de pouco tempo estaremos completando o terceiro mês, em que os professores suplementaristas não recebem os seus salários; são homens e mulheres que lecionam, bem como os servidores que trabalham como serventes, seres humanos que têm compromissos financeiros, que têm lar para sustentar e que não podem ficar à mercê deste atraso quase que injustificável, porque, se houver alegação de que os suplementaristas não vêm sendo pagos porque o Diretor ou a Inspetoria não está mandando a folha de pagamento ou a documentação hábil, a culpa não é do professor. Se há um Diretor que deixa de cumprir com as exigências da Secretaria de Educação, não providencia a remessa dos documentos, cabe ao Secretário de Educação punir esse Diretor, trocar esse Diretor, para que o professor não sofra, esses professores que já não ganham...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica ao nobre orador que V. Exa. dispõe apenas de um minuto para concluir.

O SR. ANTONIO BELINATI — Obrigado.

...esses professores que não são remunerados à altura, como disse há pouco o Deputado Erondy Silvério aqui ao lado, é necessário, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que se pague pelo menos em dia, que o Governo cumpra com a sua palavra, de pagar sempre nos dias 1.º, àquele que presta trabalho como professor, como servente, àquele que é um servidor público no nosso Estado. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concede o palavra no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Senhores Deputados: (Lendo). "O Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, general e professor Luiz Carlos Pereira Tourinho, acaba de enviar carta ao Prefeito de Curitiba, pleiteando da autoridade municipal a preservação da Estação Ferroviária da Rua Barão do Rio Branco, por ele apontada como o mais antigo prédio público da cidade.

Louvo em S.S. no cumprimento do papel que representa, como Presidente de uma entidade cultural de alto nível, a preocupação de salvaguarda de nosso passado.

O que teme, porém, é que levada a termos extremos, a louvável e cívica intenção de cultivar os valores do passado, possa levar ao comprometimento de nosso presente e de todo o futuro.

Sobra razões ao Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná em querer preservar a Estação de Trens. Realmente, inaugurada em 1883, a Estação é um marco da história de Curitiba, e parte muito querida da paisagem urbana da cidade.

O amor às coisas do passado, e todo o respeito que elas merecem, não nos podem, entretanto, transformar em cegos para os problemas presentes e os que se venham a apresentar de futuro.

É fato urbanístico assente e não contestado que o principal eixo viário da cidade é o que coincide com a rua Marechal Floriano Peixoto, passando pelo centro e indo em direção ao Atuba, pela Barão do Cerro Azul, João Gualberto e Erasto Gaertner. Sabe-se, também, que cientes de tal fato, os planejadores de Curitiba do futuro já têm pronto o projeto de reforço desse eixo viário, inclusive com duplicação de pista da Avenida João Gualberto, num plano tão ambicioso quanto arrojado e necessário.

No terminal leste desse eixo, porém, a única fórmula de reforço viável e evidente, e também a de menor dispêndio, é a abertura da Rua Barão do Rio Branco, invadindo a área da atual estação, tão logo deixe de ser funcional pela inauguração da nova Rododiferroviária.

Por outro lado, ninguém nega que Curitiba vive hoje momentos decisivos de sua vida urbanística. O que se fizer agora terá o poder de dar a esta cidade a feição de uma metrópole tranquila ou de uma megápolis fria e esmagadora.

O próprio Diretor do Departamento de Trânsito, em entrevista de poucos dias atrás, deu a conhecer que a frota de veículos de Curitiba aumentou em mais de cinquenta por cento nos últimos quatro anos. Vivemos, Senhores, uma fase de crescimento em progressão geométrica, que não pode permitir hesitações nem sentimentalismo exagerado.

Acredito que, para preservar o sossego do curitibano, a sua saúde de homem enquadrado no contexto urbano, e até a sua vida, frequentemente ameaçada por um tráfego cada vez pior, não se deve nem hesitar em um holocausto histórico, quando a omissão possa representar dano presente e ameaça futura.

A própria Estação Ferroviária, que graças aos serviços que prestou à comunidade em seus setenta e nove anos de vida não é mais o prédio como

foi inaugurado, se tivesse alma e tivesse opinião, por certo não queria transformar-se em impecilho urbano.

Mesmo porque, admitamos, embora seja um marco importante de nossa comunidade, um prédio público de setenta e nove anos, remodelado várias vezes pelas necessidades de uso, não constitui nenhum monumento intocável na história de um povo, desde que sua conservação implique em dano ou inconveniência.

Da necessidade de abertura da rua Barão do Rio Branco está ciente o próprio Presidente do Instituto Histórico e Geográfico, o douto professor Luiz Carlos Tourinho, homem que ama Curitiba como poucos e a ela se dedica já há décadas como cidadão e homem público. Tanto assim é que sugere não o estrangulamento permanente daquela rua, obstando de forma inexorável o crescimento da cidade, mas pedindo que a Prefeitura estude a possibilidade de desviar o prédio fazendo ali uma rótula.

O que temo, Senhores, é que para atender a essa justa preocupação do professor, que no seu papel de líder cultural faz uma reivindicação louvável, atrase-se uma providência urbanística inadiável, comprometendo o bem estar de todos e ameaçando a cidade do futuro.

Evidentemente a implantação de uma rótula, naquele local, terá problemas de traçado e constituirá empreendimento financeiro de vulto.

O meu medo, Senhores, é de que a falta de meios e as dificuldades de engenharia, atrasem por mais tempo a abertura da rua Barão do Rio Branco, obra hoje já tardia, pois sua execução era aconselhada há mais de uma década.

Se amanhã o Prefeito de Curitiba manifestar-se disposto a iniciar imediatamente a construção de uma rótula circundando a Estação Ferroviária, serei eu o primeiro a dar integral apoio. Unindo a necessidade funcional a um louvável intento de preservar nosso passado, estaria agindo como urbanista, como esteta e como homem sensível aos nossos valores de tradição. Por isso afirmo que, em princípio, tem o Presidente do Instituto Histórico todo o meu apoio. Mas isso é a tese, e nós precisamos de realismo e ação.

Por outro lado, se a preservação da Estação Ferroviária implicar em atraso maior de uma providência tão necessária, a ponto de sua execução não ser tentada tão logo se inaugure a nova Rodoferroviária, anuncio de antemão que irei me opor a essa situação, em que para se preservar valores relativos do passado compromete-se valores objetivos de presente e futuro.

Nestas condições, Sr. Presidente, é para que não me atribua intenções de criticar quem quer que seja, solicito de V. Exa. que encaminhe cópia da transcrição deste meu pronunciamento ao Prefeito de Curitiba e ao Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense. Assim perceberão eles que a minha posição é de expectativa e, tal como eles próprios, de zelo e dedicação à minha cidade.

Recebi um lembrete no qual não posso identificar pela letra, qual a sua assinatura. É um assunto que diz respeito à mudança de pavimentação numa das principais artérias de Curitiba. É realmente um assunto que revolta. Em princípio eu estava de pleno acordo com o atual Prefeito na questão da rua XV. Como Vereador da Câmara Municipal de Curitiba, acompanhei os esforços, a luta, o sacrifício do Prefeito Ivo Arzua para alargar a principal artéria curitibana.

Com as desapropriações prejudicou-se muito o comércio da rua XV de Novembro. Muitas firmas ali localizadas tiveram que mudar-se para outra via de menor importância comercial. Comprometeu-se boa parte do orçamento da municipalidade curitibana, mas levou-se finalmente a cabo a grandiosa obra, tão desejada por todos. E aquela via pública adquiriu assim, uma nova feição, e o tráfego de veículos tornou-se mais fácil, o curso de veículos mais rápido e tudo voltou a florescer naquela rua.

Eis que, assumindo a Prefeitura, o atual Prefeito, arquiteto de renome e homem bem intencionado, através da equipe de técnicos do IPUC, resolveu interditar o tráfego de veículos da Rua XV de Novembro, para transformar a num centro exclusivamente comercial. Numa conversa que tive com S. Exa. o Sr. Prefeito de Curitiba, informou-me que esta medida fora solicitada pela grande maioria dos comerciantes da rua XV, baseados em exemplos de outras cidades que possuem ruas do tipo que se pretende implantar em Curitiba. Esta medida daria uma nova fisionomia à cidade e proporcionaria ao comércio ali instalado, um melhor movimento de vendas. Aceitei entre outros argumentos, esse, acreditando plenamente nas informações do Sr. Prefeito. Qual não foi a minha surpresa...

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência informa que V. Exa. tem um minuto para concluir sua oração.

O SR. ERONDY SILVERIO — Obrigado.

Qual não foi a minha surpresa quando ainda na imprensa de hoje tive conhecimento de que vários comerciantes da Rua XV, constituíram advogado e impetraram uma medida judicial contra o ato do Sr. Prefeito Municipal. Portanto, eu me reservo para numa outra oportunidade, na qualidade de representante dos curitibanos nesta Casa de Leis, dar definitivamente a minha opinião sobre o controvertido assunto. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Wilson Brandão.

O SR. WILSON BRANDÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recebemos ofício da Associação das Zeladoras de Maringá, que vamos ler na íntegra. Fazem um apelo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de providenciar com urgência o pagamento das zeladoras, bem como a regulamentação do seu salário e também com urgência atenda aos problemas de assistência médico-hospitalar e previdenciária da classe.

Tenho a honra de ler o conteúdo do ofício, que a mim é dirigido, à Presidência da Casa e aos Senhores Deputados. (Lendo):

"Maringá, 11 de maio de 1972.

Exmo. Sr. Wilson Amaral Brandão, DD. Deputado Estadual.

O Presidente da Associação de Zeladoras de Maringá, vem mui respeitosamente solicitar a V. Exa. o encaminhamento dos pagamentos das zeladoras contratadas, pois até agora as mesmas não tomaram conhecimento de quanto estão ganhando e nem mesmo quanto irão ganhar, quando irão ganhar. Por este motivo apelamos particularmente ao ilustre Governador, ao Deputado Wilson Amaral Brandão e demais Deputados, a fim de ser resolvido este grandioso problema que vem atingindo a maioria da população do Paraná. Tivemos ainda ao conhecimento dos Senhores Deputados que a apelação mais urgente das senhoras zeladoras, não é o salário em si, mas sim que o mesmo venha ao final de cada mês.

Esperamos sinceramente que os Senhores Deputados, juntamente com o ilustre Governador do Estado, sintam profundamente o grande problema

em que se encontra a classe de zeladoras, e façam algo urgente, para a sua melhoria.

Nestes termos, pede deferimento. aa. Presidente da Associação das Zeladoras."

É nesse sentido que fazemos aqui um apelo ao Sr. Secretário de Educação, para que, sinta de perto, este problema grave que não é só da Capital, mas também do interior do Estado.

S. Exa. deveria conhecer, ter dentro de si a responsabilidade de verificar este problema que aflige esta classe humilde de nosso Estado.

Este meu pronunciamento tem dependência total com o homem integrado à ARENA, para que não haja dúvidas a respeito de minha posição neste Governo. Obrigado. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. Deputado Nivaldo Krüger.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vamos prestar contas, hoje, do trabalho realizado pela Comissão que integramos nesta semana, cujo objetivo era o de analisar aspectos relacionados com a produção e crise do leite no Estado do Paraná.

Alguns meses atrás denunciávamos que, em virtude de medidas adotadas pelo órgão controlador de preços, fatalmente o Estado enfrentaria uma crise na produção do leite, e isto hoje verifica-se e é de conhecimento de todos.

Estivemos lá na principal e mais tradicional base leiteira do Estado do Paraná, sede da Cooperativa Central Batavo, em Carambei, o Deputado Arizzone Araújo e este que vos fala neste instante, e verificamos que realmente há uma queda acentuada na produção do leite, por dois fatores.

O primeiro, em decorrência da entre safra que se inicia agora e o segundo, e mais grave, em virtude do abandono por parte das autoridades, aos produtores tradicionais. O abandono das autoridades a falta de incentivo financeiro, o controle de preços de forma policial faz com que a atividade se torne totalmente desinteressante àqueles que nela se aplicam.

É grande o número de estábulos fechados naquela região.

Outro aspecto grave que ali verificamos, é com relação principalmente às rodovias de acesso. Carambei, com uma produção que rende ao Estado anualmente o montante de um milhão seiscientos mil cruzeiros de tributo, portanto, produção de mais de cem milhões de cruzeiros novos, em produtos fornecidos para a economia popular, encontra-se totalmente abandonado, e o Governo do Estado não tem dado atendimento algum aos produtores daquela região. Três quilômetros de rodovias que servem de acesso às fábricas, são quase intransitáveis, de chão batido. Entretanto dali provém, para o consumo da Capital, 30% do leite.

Hoje, quando se quer culpar o produtor do leite pela ausência do produto nesta Capital, o que se faz é escamotear a verdade. Deve-se culpar também o Governo que não dá condições àquela fonte de produção para realizar plenamente sua missão.

Assim é que, Srs. Deputados, quero ainda lembrar um aspecto que me pareceu chocante, como homem público.

Visitando uma unidade de produção da importância daquela, onde se produz o maior número de laticínios do Paraná, verificamos que a escola secundária ali existente, o único ginásio que atende aquele núcleo de produção, se ali está funcionando é graças a contribuição dos pais de alunos. O Estado não tem ali nem sequer um professor: e recolhe, mensalmente, de 150 a 160 milhões de cruzeiros.

Então, em consequência do que ali já realizaram, propomos a esta Casa o seguinte requerimento; e que está assinado por nós e pelo Deputado Arizzone Mendes de Araújo. — (Lendo):

"Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, de V. Exa., após ouvido o Plenário, seja encaminhada solicitação ao digníssimo Senhor Secretário dos Transportes do Estado do Paraná, no sentido de ser assistida a estrada, de três quilômetros que liga a sede de Carambei a rodovia Ponta Grossa-Itararé.

A estrada de grande movimentação tem apenas três quilômetros de extensão e encontra-se totalmente abandonada, em péssimas condições de conservação e, a Prefeitura do Município de Castro não tem condições de atender esta reivindicação da população da localidade que contribui, anualmente, com Imposto de Circulação de Mercadorias, no montante de 1 milhão e 500 mil cruzeiros, além do pagamento de outros tributos.

Marginalizada em suas reivindicações pelos órgãos governamentais, a Usina Batavo, inclusive, construiu à suas expensas, a ponte do Rio Pitanguí e mantém por conta própria, 170 quilômetros de estradas de terra nas colinas, possibilitando assim o escoamento da produção desta importante base leiteira, que colabora também para o abastecimento de leite da Capital paranaense.

A estrada que liga a sede de Carambei a rodovia Ponta Grossa-Itararé tem antiga promessa de ser asfaltada, por todos os últimos governos, providência jamais concretizada.

Para minorar a situação reivindicam os moradores de Carambei, pelo menos, que a mencionada estrada, praticamente intransitável, seja cascalhada, possibilitando assim o escoamento da produção de leite e agrícola.

Esta reivindicação que endossamos, esperando a atenção do digníssimo Senhor Secretário dos Transportes do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1972.

(a) Nivaldo Krüger"

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta é a imagem do Paraná que o Partido da situação construiu, e esta verdade é escamoteada pelos homens da situação que escondem do povo esta realidade. É preciso que se indague para onde vai o dinheiro arrecadado daqueles que produzem neste Estado. Muito obrigado. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Armando Queiroz.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há poucos instantes, estive aqui na Tribuna, o Sr. Deputado Antônio Belinati, tendo considerações sobre o problema de atraso de pagamento de professores suplementaristas.

Na verdade, esse é um assunto que está começando a incomodar, e é preciso que se faça uma análise, para se ter uma idéia de como se processa toda uma corrente de exigências para que, afinal, se possa fazer o pagamento.

A primeira coisa que um diretor de estabelecimento exige é o atestado de antecedentes criminais de qualquer professor que pretenda contratar para

aulas suplementares. E é um verdadeiro martírio fazer com que o DOPS force essas certidões, porque são milhares de professores, em todo o interior do Estado. E o que a gente vê e percebe é o desespero do diretor trazendo relação enorme, colocando os nomes e aguardando que essa se pronuncie sobre os antecedentes deste ou daquele professor.

Feito isso, superada essa primeira barreira, o processo vai para o Londrina, e ali na Inspeção Seccional, se não me engano, sofre uma triagem, um exame, para ver se as condições exigidas para que o professor possa ser suplementarista, podem ser cumpridas. Ai o processo volta para Curitiba, onde em outro órgão, já de maior gabarito, vai reexaminar o processo já corrigido e examinado em Londrina. Volta a Londrina. E assim são centenas e centenas de processos. A inspeção demora para fazer seu serviço, demora para liberar o processo. As vezes encontra irregularidades e às vezes fica o processo meses e meses, sem a primeira triagem obrigatória. Enquanto isso o professor não recebe os seus vencimentos.

Vem os processos de Londrina para cá, para esse órgão de grande sabedoria e grande competência da Secretaria de Educação e Cultura, fica aí o tempo que deseja e sem dar satisfações a ninguém. De repente devolve tudo, porque está errado, não se louvando no parecer prévio da Inspeção Seccional. Então, não sei para que serve essa Inspeção: ou ela tem competência para examinar e dar o parecer e o ato subsequente teria que ser a assinatura do Secretário, ou então não vale nada, e o processo deveria vir para cá, seria resolvido aqui. Afinal, é série de burocracias que não se entende e, enquanto isso, o professor fica sem receber, vai ficar devendo no Banco e no armazém.

Quem é o responsável por isso? Deve haver alguém. Se o órgão em Londrina está emperrado, se faltam funcionários, se precisa de mais gente, ou gente mais especializada, alguém deve ver isso. Vem o processo para cá e fica engavetado na Secretaria, há muita demora para apreciá-lo.

Afinal de contas, qual a conclusão? Alguém deve ver isso. A Secretaria tem um Comandante, esse Comandante deve corrigir essa anomalia, porque não se justifica, não se entende e não se explica que um processo dessa natureza, envolvendo o único recurso que teria o professor para sobreviver, fique aí desde março, às vezes até o fim do ano, sem qualquer solução.

Daí porque, encerro essas palavras, fazendo um apelo a não sei quem, ao Secretário de Educação, se à Inspeção de Londrina, ou a esse extraordinário e fenomenal órgão técnico da Secretaria de Educação, para que tome as medidas necessárias para que se resolva de uma forma lógica, normal, esse problema que vem atormentando aos professores, que vem aqui atormentar, muito mais ainda, aos Deputados da ARENA, que são ligados ao Governo e que têm que dar satisfações dos erros de princípios burocráticos que não entendemos e não acreditamos. (Sem revisão do Orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No ano passado, ocupamos a Tribuna por várias vezes ao lado de outros Deputados com assento nesta Casa, para trazer ao conhecimento do Paraná e para denunciar à opinião pública deste Estado, as arbitrariedades e as ilegalidades que se cometiam na Secretaria de Educação e Cultura, com relação às exonerações indiscriminadas e ilegais de Diretores e Diretoras de Estabelecimentos de Ensino Primário e médio, que vinham sendo nomeados por lista triplíce, com base no art. 14 do Estatuto do Magistério, com o mandato certo e pelo prazo de três anos.

Todos estes lembrados que, oriundo de um Projeto de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, foi promulgada, no início desta Legislatura, uma lei pelo Sr. Vice Presidente desta Casa, derogatória do Estatuto do Magistério e tornando sem efeito seu art. 14.

Sobre esse assunto inúmeras vezes nos manifestamos. O Sr. Secretário de Educação e Cultura de então, Cel. Carvalho, entendeu que a partir da vigência da Lei n.º 1-71 poderia, pura e simplesmente, baixar atos de exoneração de Diretores de Estabelecimentos de Ensino nomeados regularmente de acordo com o art. 14.

Nos debates que, nesta Casa, se travaram muitos dos Srs. Deputados, que defendiam a legitimidade e a juridicalidade desses atos, chegaram a desafiar os Diretores arbitrariamente exonados, a que ingressassem com um mandado de segurança perante o egrégio Tribunal de Justiça e afirmavam S. Exas. que uma vez julgado esse mandado de segurança concordariam com a tese que então defendiam.

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o desafio foi aceito e muitos Diretores ingressaram com o mandado de segurança. Trago hoje, para que conste nos Anais desta Casa, um Acórdão do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, exarado a 17 de março deste ano e que está redigido nos seguintes termos:

(Lendo): — "Mandado de Segurança n.º 59-71. Impetrante — Marli Mairise Teixeira Molitor, contra ato do Excmo. Sr. Coronel Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Cultura.

Relator — Des. Mercer Júnior.

Ementa — Estatuto do Magistério — Cargo de Direção — Exoneração.

É inconstitucional o ato de cassação de mandato de diretor de casa de ensino, estabelecido de acordo com o art. 14, do Estatuto do Magistério, e sob fundamento de aplicação imediata ao caso de lei revocatória daquele dispositivo, por atentatório ao disposto no art. 153, § 3.º, da Constituição do Brasil.

ACÓRDÃO N.º 2356

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Questão Constitucional, na ação de Mandado de Segurança, sob n.º 59-71, de Curitiba, em que é Impetrante: Marli Mairise Teixeira Molitor, contra ato do Senhor Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Cultura.

Acordam, em Tribunal Pleno, por unanimidade de votos e satisfeito o "quórum" legal, declarar a inconstitucionalidade do ato de exoneração da impetrante, consignado na Resolução n.º 1.108, de 11 de Junho de 1971, publicada no "Diário Oficial" de 23 do mesmo mês e ano, por atingir situação definitivamente constituída à data da lei nova (Lei Estadual n.º 1-71 — D.O. de 4 de Junho de 1971), a configurar lícito direito adquirido. Custas, como de lei.

1 — A professora Marli Mairise Teixeira Molitor, do ensino primário, foi indicada, em lista triplíce, e, a seguir nomeada para o cargo de diretora de grupo escolar, nos precisos termos do art. 14, do Estatuto do Magistério do Paraná, pelo prazo certo de três anos. Estava, ainda, no desempenho de tal mandato quando sobreveio a Lei n.º 1-71, promulgada pelo vice-presidente da

Assembleia Legislativa, revocatória daquele dispositivo estatutário.

Logo em seguida, o Senhor Secretário de Educação e Cultura exonerou-a há muito, cassando-lhe, assim, o tempo restante do mandato.

No pedido de segurança, a impetrante sustenta que o ato de sua investidura já se conformara então, em ato jurídico perfeito, direito já consumado no tempo e, portanto, imune a alteração posterior.

A autoridade apontada como coatora respondeu alegando que o regime estatutário obriga o servidor a submeter-se às alterações determinadas pela legislação e fundadas no interesse público. Aludiu, no final, ao fato de estarem suspensas as garantias constitucionais mencionadas no art. 6.º do A.I. 5, mantido pelo art. 182, da E.C. n.º 1-69.

A Procuradoria Geral da Justiça pronunciou-se pela denegação do "writ" e assim, votou o eminente relator nas egrégias Câmaras Cíveis Reunidas. Houve, então, pedido de vista. Na sessão seguinte, as egrégias Câmaras decidiram suspender o julgamento e encaminhar o processo ao colendo Tribunal Pleno para decidir da constitucionalidade do ato concreto de aplicação da citada Lei Estadual n.º 1-71 à situação funcional da impetrante, já definitivamente constituída à luz do então vigente art. 14, do Estatuto do Magistério (Reg. Interno do T.J., art. 158, e §§).

É o relatório.

2 — Trata-se de matéria pertinente à eficácia da lei em face da Constituição, terreno em que a intervenção do Judiciário só pode ser exercido por via de exceção, isto é, quando de um litígio submetido ao seu julgamento, não podendo descambar para um "poder geral de veto sobre a legislação do Congresso" (C. A. Lúcio Bittencourt — "O Controle Jurisdicional das Leis", ed. atualizada — pg. 22-23 "passim").

É que ao Judiciário cabe somente dizer da legalidade dos atos expedidos pelos dois outros poderes, mas lhe falece competência para examinar-lhes o acerto, vantagem ou propriedade. (Pag. 22). E arremata a lição: "Já o Chief Justice Chase dizia: "Esta Corte não possui poderes legislativos. Não pode emendar ou modificar os atos do Congresso. Não pode examinar questões de oportunidade ou de política. Considerações desta sorte cabem à legislação, cujo pronunciamento a respeito há de ser considerado conclusivo (idem)."

O caso, portanto, é típico da intervenção judicial, não cabendo críticas à lei revocatória ainda que fosse ela, por assim dizer, já uma autêntica "lex derelictae" quando ressurgiu inesperadamente para o mundo jurídico.

3 — Inspirada na Constituição Federal a Constituição do Paraná prescreve, segundo o texto da E. n.º 2, que o "magistério estadual será organizado em Estatuto próprio, mediante lei" (art. 134 e parágrafo único).

Tal estatuto, votado pela Assembleia Legislativa e sancionado logo pelo Executivo, em meio de muitas festas e demonstrações várias do mais cáldio entusiasmo, porque, na verdade viera dar à classe do professorado garantia de exercício funcional há muito sentidas, foi, porém logo mutilado, por via de lei ordinária, no seu artigo 14, justo o que previa a escolha de diretor do estabelecimento de ensino por meio de lista triplíce, votada pelo corpo docente e nomeação pela autoridade superior da administração pública, valendo o mandato por três anos.

Muito embora a Constituição do Paraná não contemple a Lei Complementar da Constituição, no capítulo do Processo Legislativo, refugindo, assim, aos ditames da regra de adaptação, tal não significa que o Estatuto do Magistério não seja, na realidade, uma lei daquela natureza, José Afonso da Silva, com efeito, conceitua a lei complementar como sendo aquela destinada a completar a eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais, quando estas forem de normatividade incompleta ("Aplicabilidade das normas Constitucionais", pag. 255). Geraldo Ataliba, em recente opúsculo, só considera, no entanto, como lei complementar a formal, isto é, aquela expressamente recomendada no texto constitucional. Não obstante sua alta autoridade e esforço dialético, não consegue o ilustre professor de São Paulo convencer de que não possuam a mesma hierarquia constitucional das demais leis decorrentes da natureza "not self enforcing" do texto maior, ainda que não especial o processo de elaboração legislativa. Vale melhor, sem dúvida, por obediente à "mens legis", a lição de Miguel Reale: "No item II, do citado art. 49, temos as leis complementares da Constituição. Eis um ponto de assinalado relevo. São as leis que, certa ocasião, denominei de "para constitucionais", ou seja, que estão em imediato contato com o texto constitucional, com o direito desenvolvimento. São, em geral, as leis orgânicas ou estruturais dos serviços públicos, como por exemplo, para darmos exemplos do Estado de São Paulo, — a Lei de Organização Judiciária, a Lei Orgânica dos Municípios, a Lei Orgânica do Ensino "In "Problemas Brasileiros", n.º 61, — Abril 1968 — pag. 17).

Estas considerações são feitas com a finalidade única de por em relevo a importância do Estatuto do Magistério do quadro legislativo do Estado de direito, ainda que não esteja em pauta de julgamento a legitimidade da lei derogatória (Lei n.º 1-71).

O que importa: mormente, na verdade, é julgar da sua força, isto é da força da lei derogatória em relação à situação preexistente da impetrante, conformada regularmente na forma estatutária, ou seja, em função da lei complementar.

A Constituição Federal manda que nenhuma lei prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada (art. 153, 3.º) enquanto que a Lei de Introdução ao Código Civil complementar: Art. 6.º — A lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada". Parágrafo 1.º — Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou".

Diante da clareza dos textos legais maiores, é mesmo inconcebível a exoneração a nuto da impetrante, cujo cargo de diretora de estabelecimento de ensino resultará de mandato conferido na forma da lei anterior, e, portanto, configurando de situação já definitivamente constituída à data da lei nova, de direito adquirido, vale dizer.

Importa dizer, de consequência, que o ato de exoneração da impetrante, enquanto durava o seu mandato e só por força da Lei n.º 1-71, importou em atentado frontal à letra da Constituição Federal.

E assim declaram

Curitiba, 17 de março de 1972.

Ass. Pacheco Jr. — Presidente.

Mercer Júnior — Relator:

(Estiveram presentes ao julgamento e foram votos vencedores, os Exmos. Senhores Desembargadores: Paula Xavier Filho, Isidoro Brzezinski, Alceste Macedo, Ernani Abreu, Carvalho Seixas, Henrique Dorfmann, Helianto Camargo, Ariel Amaral, Athos Vellozo, Heráclio Gomes, Ribeiro de Campos. Marino Braga, Tomaz Pessoa, Osian França e Ary Florêncio Guimarães).

Chegamos pois, Sr. Presidente e Srs. Deputados, à conclusão de que o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, através do acórdão que acaba de ser lido, com o objetivo maior de que esta Casa o contenha nos seus Anais.

Por dirimir dúvidas a respeito do assunto, que foi amplamente debatido neste Plenário, este acórdão coloca a verdade no seu lugar devido. E cabe à Secretaria de Educação e Cultura com relação ao caso em tela, a recondução desta diretora ao cargo que lhe foi tirado arbitrariamente e ilegalmente pelo Sr. Secretário de Educação e Cultura.

O Sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Cândido Martins, eu quero aproveitar o ensejo, já que o assunto é palpitante, para lembrar que tramitava neste Poder, Projeto de nossa autoria, restaurando a existência do Estatuto do Magistério, no artigo 14. Este Projeto foi emitido pela Comissão de Constituição e Justiça à Secretaria de Educação e Cultura, para o seu parecer. Tramitava em Regime de Urgência e assim mesmo foi enviado à Secretaria de Educação e Cultura.

Aproveito então a oportunidade para solicitar à Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, que tome as providências necessárias, no sentido de que deem andamento à tramitação normal daquele Projeto de Lei, para que possamos chegar a uma conclusão definitiva com a sua aprovação por esta Casa ou com a sua rejeição.

Entendo que deve a CCJ novamente, manter contato com a Secretaria de Educação e Cultura para saber do pensamento do Sr. Secretário, em relação à restauração do art. 14 do Estatuto do Magistério. A verdade é que devemos chegar a uma conclusão.

Cumprimento V. Exa., na oportunidade, porque tem demonstrado desde o início, quando chegou a esta Casa o seu entendimento contrário, a queda do art. 14 a qual considero uma grande injustiça e sobretudo, uma grande perda para o magistério paraense.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa registra com satisfação, a presença em Plenário do Deputado Federal João Vargas de Oliveira. A S. Exa. os nossos cumprimentos.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Agradeço o aparte do nobre Deputado Alvaro Dias, e apenas para informar à Casa, eu gostaria de dizer que tão logo tomei conhecimento deste acórdão, estive em contato com o Sr. Secretário de Educação e Cultura, levando ao conhecimento de S. Exa. a decisão do Tribunal de Justiça e procurando saber do pronunciamento do Sr. Secretário com relação a este caso, e principalmente, com relação aos demais casos onde houve exonerações em idênticas condições, a deste objeto de Mandado de Segurança, e fazia na ocasião pessoalmente, um apelo ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, tendo em vista a posição do Tribunal de Justiça, considerando inconstitucional e nulo de pleno direito o ato de exoneração desta diretora, para que S. Exa. o Sr. Secretário de Educação levasse em consideração esta decisão e ao tempo em que reconduzisse esta diretora, também reconduzisse as demais diretoras que em idênticas condições foram exoneradas por perseguição e por represálias políticas.

S. Exa. na ocasião informou-me que tinha determinado à sua assessoria um levantamento de todas as portarias do ex-Secretário de Educação, que haviam exonerado Diretoras de ensino primário e de ensino médio. E tão logo terminasse esse levantamento, faria um chamamento daquelas diretoras para verificar quais delas ou deles desejavam retornar aos cargos e então iria estudar uma forma de procedimento para atender o nosso pedido e a nossa reivindicação. Isto já faz muito tempo; deve fazer mais de um mês. Posteriormente procurei vários contactos com S. Exa. e infelizmente não me foi possível receber, até a presente data, uma resposta negativa ou afirmativa da sua palavra.

Disse mais ainda S. Exa. o Sr. Secretário de Educação e Cultura, que já havia determinado à sua assessoria, um trabalho que será enviado à esta Assembleia em forma de Mensagem Governamental, regulamentando a maneira de indicação de Diretores de Estabelecimentos de ensino, porque também ele, segundo suas palavras, não considerava justo que os cargos de direção fossem totalmente subtraídos da vontade do magistério. Concordava que devia, evidentemente, haver interferência de outra forma, mas que se deveria restituir, pelo menos em parte, as prerrogativas do corpo docente do estabelecimento, na escolha do seu Diretor.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, com satisfação registro este pronunciamento de V. Exa. que mais uma vez honra esta Casa. Apenas queria fazer duas observações: — a primeira é congratular-me também, com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que deu provas de independência e de culto à Constituição e, principalmente a um artigo que proíbe a retroatividade da lei, para atingir direitos legitimamente adquiridos na vigência de determinada lei.

Eu apenas indagaria a V. Exa. qual a data do acórdão?

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Este acórdão é datado de 17 de março de 1972.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Apenas, Sr. Deputado, queria lembrar que ao Secretário de Educação não compete mais fazer levantamentos, mas pura e simplesmente acatar a decisão judicial, sob pena de intervenção federal, se o deixasse de fazer. Nestas circunstâncias, é inaceitável que até a presente data, não tenha sido reconduzida à direção, a impetrante do "Writ" constitucional e ensinando assim a possibilidade até, para que se realize intervenção federal no Estado por descumprimento de ordem judicial.

Era o aparte que queria dar a V. Exa.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Agradeço. E apenas para responder o seu aparte, gostaria de informar que na semana passada estive em vários órgãos da Secretaria de Educação e Cultura, no Gabinete do Sr. Secretário, na Divisão de Ensino Primário e na Inspeção Regional de Ensino, buscando saber se estas Diretoras, beneficiadas com o mandado de segurança haviam sido reconduzidas ao cargo e as respostas que recebi nestes três órgãos, da Secretaria, foram todas negativas e nada havia ou nada foi encontrado, em termos de portaria, resolução ou ato que reconduzisse a estas diretoras.

O Sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Este problema de direção de Estabelecimentos de Ensino tem sido sempre uma matéria de debate nesta Casa. Não é de agora. Tive a oportunidade de dizer várias vezes o que penso sobre o assunto. Falou V. Exa., neste instante, que estaria havendo uma medida na Secretaria, que viria em forma de Mensagem, no sentido de regulamentar a indicação de Diretores. Inclusive nesta Mensagem, pelo que disse V. Exa., haveria a participação do corpo docente na escolha dos Diretores. Tenho ponto de vista contrário e já definido, Sr. Deputado. A maneira como se faz hoje, usando da influência política, é errada. Fazer com que as direções sejam indicadas através de uma política dentro do estabelecimento, também está errado. Meu ponto de vista sempre foi, e acho que estou certo, de que a única maneira de se conseguir isto, o único modo de se fazer isto com seriedade, é instituir-se um quadro de Diretores que seriam, mediante concurso de seleção, de competência, de titu-

los, escolhidos para o cargo. Estabelecida esta carreira de acesso, de promoções, creio que o problema estaria totalmente resolvido de maneira mais correta e lógica e, sem dúvida, só poderia trazer benefícios ao ensino que, afinal, é o que todos desejamos.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Agradeço o aparte de V. Exa. que demonstra uma vez mais a sua lucidez perfeita com respeito ao assunto aqui abordado. É a preocupação de um Parlamentar que deseja a solução dos problemas de melhor forma possível.

Quero dizer a V. Exa. ainda, Deputado Armando Queiroz, que concordo inteiramente com o seu pensamento, e que por concordar em que deva haver uma solução que resolva de uma vez por todas esta verdadeira novela com relação às Direções de Estabelecimentos de Ensino, é que, em reunião havida na semana passada na Comissão de Instrução Pública da Casa, presidida pelo Deputado Antônio Lopes Jr., tivemos a honra de encaminhar um pedido de convocação do Sr. Secretário da Educação e Cultura para que viesse a esta Comissão debater, com os Deputados que a integram, vários assuntos de interesse da educação em nosso Estado. Entre estes assuntos colocamos como de fundamental importância a tomada de posição em relação a este, do Secretário e desta Casa, que deseja colaborar com relação ao problema de direção dos estabelecimentos de ensino.

O Sr. Presidente da Comissão de Instrução Pública já encaminhou ao Presidente desta Casa um ofício solicitando que o Sr. Secretário de Educação e Cultura compareça à CIP acompanhado pelo Presidente da Comissão de Concurso de Ensino Médio e pelo Presidente da Comissão de Concurso de Ensino Primário, no dia 22 deste mês, às dezesseis horas.

Aguardamos, portanto, o Sr. Secretário de Educação para dialogar com S. Exa., não para trazê-lo ao Plenário, nem para lhe fazer oposição. Não é este o objetivo da Comissão de Instrução Pública. Nosso objetivo, como o dos que compõem a Comissão, é colaborar, é auxiliar uma Secretaria que estamos sentindo que dia a dia, como disse V. Exa. há pouco, vem se amarrando mais, vem se engolfando no cipal burocrático, do qual é difícil se deslindar. Nós, que representamos o povo nesta Casa, sentindo a angústia do magistério, a angústia dos pais de família, temos o dever, a obrigação, como homens públicos, de tentar dar a nossa colaboração.

Está na hora de que não se imagine que pronunciamentos deste teor signifiquem uma represália ao Governo, ou a qualquer órgão do Governo. Tenho certeza que o Sr. Governador, professor Pedro Viriato Parigot de Souza, haverá de ver com bons olhos as atitudes das Comissões desta Casa, quando, na tentativa de colaborar, trazem aqui Secretários de Estado, representantes do Governo, nos diversificados setores, para que membros desta Casa deem a eles as suas opiniões e sugestões.

Gravíssimos problemas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, existem, hoje, na área da Educação, neste Estado, que precisam, imediatamente, ser abordados com coragem, com despreendimento, por parte desta Casa, por parte dos órgãos da Secretaria de Educação e Cultura. Nesta hora, também, que a Secretaria de Educação e Cultura, através de seus dirigentes, não se assuste quando vê um Deputado entrar pelos seus portões. Porque, o que temos sentidos é que os dirigentes daquela Secretaria, quando vêem um Deputado entrar, entendem que nós só vamos atrapalhar, quando nossa finalidade, nosso objetivo, é só levar colaboração para solucionar aqueles problemas.

O Sr. Arthur de Souza. — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, atualmente, entra algum Deputado na Secretaria de Educação e Cultura?

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Quero informar a V. Exa. que tenho entrado de vez em quando. Inclusive com o eminente Líder do Governo, Deputado João Mansur, lá estivemos para abordar problemas realmente sérios.

S. Exa. o Sr. Deputado João Mansur levou uma série, uma lista de problemas, problemas que iam solucionar questões graves para os seus municípios. Eu levei outra lista. Apresentamos ao Sr. Secretário de Educação e Cultura. Fizemos nossa argumentação. E saímos de lá da mesma maneira que chegamos. E quando saímos, o Sr. Deputado João Mansur comentava comigo: "Eu ainda fiz uma seleção de problemas para levar. Não levei aqueles que iriam aborrecer ao Sr. Secretário, só os de mais fácil solução. E nem esses foram resolvidos".

Não acredito que haja desonestidade, ou má fé, acredito, isto sim, que haja uma amarração completa na Secretaria de Educação e Cultura, não por parte do Sr. Secretário, nem dos dirigentes maiores, mas, sim por parte de funcionários que estão incrustados há muitos anos e não permitem que os problemas levados ao conhecimento do Sr. Secretário, chegando até a sabotar as medidas mais legítimas propostas por administradores mais categorizados.

O Sr. Antônio Lopes Junior. — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, eu me sinto plenamente feliz, neste Plenário, porque vejo que V. Exa. traduz, com extrema facilidade, um quadro que vai em vários setores da administração, especificamente no campo da Educação.

Realmente, Sr. Deputado, é chegada a hora dos administradores que primam por suas grandes lutas dentro desta Casa, mas que infelizmente são desconhecidos os seus trabalhos, lá fora por falta de divulgação, por falta de conhecimento daqueles que se dizendo técnicos fazem como que alguma coisa contrária aos legisladores e aos políticos. Estamos na hora da efetiva valorização do Legislativo. E isso que nós iniciamos, Sr. Deputado, é a dinâmica dos tempos modernos. Já se disse que para tempos modernos, precisa-se idéias novas e para idéias novas, estamos iniciando trabalho novo, que é a dinamização dos Comissões Técnicas. Comissão Técnica não é para ficar encastelada na Sala das Comissões, para dar parecer só quando vai para lá um Projeto. Vamos tomar iniciativas, colaborar com a administração, vamos mostrar o que queremos e que o Deputado pode trabalhar em benefício da comunidade e colaborar em todos os setores da administração.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Agradeço a V. Exa. o brilhante aparte e congratulo-me com sua tomada de posição com relação à valorização deste Poder, e sobretudo, das Comissões Técnicas da Casa.

V. Exa. tem em mãos um grande poder como Presidente da Comissão de Instrução Pública e eu vejo com alegria e satisfação que este poder está nas mãos da pessoa certa, porque tem consciência de seus direitos e tem consciência, sobretudo, de seus deveres como Presidente dessa Comissão. A convocação do Sr. Secretário de Educação para o dia 22, é o início de um trabalho que todos desejamos, de acordo com os debates havidos na Comissão de Instrução e que esse trabalho perdure por muito tempo, a fim de que possamos, como Deputados, não apenas influir na Secretaria de Educação e Cultura e outros órgãos do Estado em benefício, às vezes, político imediato, mas influir para que o Governo do Estado tome um rumo certo, conduza as coisas como devem ser conduzidas e venha a acertar, porque é isso que todos nós desejamos, quer da Bancada da ARENA, quer da Bancada do MDB.

Agradeço a atenção e me reservo o direito de voltar à Tribuna, oportunamente, para abordar outros aspectos ligados à educação e cultura, e à máquina administrativa do Estado, porque acredito que assim fazendo, estarei cumprindo fielmente o mandato que o povo me outorgou. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 35 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá a Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final — do Projeto de Lei n. 167-70, que autoriza o Poder Executivo a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria a estrada que liga os Municípios que especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 167-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga os Municípios de Astorga, Munhoz de Mello, Santa Fé e Lobato, numa extensão de 50 (cinquenta) quilômetros.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1972.

aa) CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Presidente

GABRIEL MANOEL — Relator

BÁSILIO ZANUSSO

Redação Final — do Projeto de Lei n. 171-70, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual, em Telêmaco Borba e dá outras providências. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 171-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de Telêmaco Borba, um Ginásio Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1972.

aa) CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Presidente

GABRIEL MANOEL — Relator

BÁSILIO ZANUSSO

Redação Final — do Projeto de Lei n. 217-70, que autoriza o Poder Executivo a criar um Curso Colegial, em Mandaguá e dá outras providências. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 217-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um curso Colegial, anexo ao Ginásio Estadual Paulo Pimentel, na sede do Município de Mandaguá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1972.

aa) CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Presidente

GABRIEL MANOEL — Relator

BÁSILIO ZANUSSO

Redação Final — do Projeto de Lei n. 279-70, que cria o Curso Científico, na cidade de Paraíso do Norte. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 279-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criado o Curso Científico na cidade de Paraíso do Norte, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1972.

aa) CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Presidente

GABRIEL MANOEL — Relator

BÁSILIO ZANUSSO

Redação Final — do Projeto de Lei n. 319-70, que cria um Curso Ginásial no bairro de Vila Fany desta Capital, para funcionar no ano letivo de 1971. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N. 319-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criado um curso ginásial para funcionar a partir do próximo ano letivo, no bairro da Vila Fany, na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1972.

aa) CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Presidente

GABRIEL MANOEL — Relator

BÁSILIO ZANUSSO

Redação Final — do Projeto de Lei n. 171-71, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (A.P.A.E.) da Cidade de Santa Mariana. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N. 171-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (A.P.A.E.), de Santa Mariana.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1972.

aa) CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Presidente

GABRIEL MANOEL — Relator

BÁSILIO ZANUSSO

Redação Final — do Projeto de Lei n. 193-71, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a Assistência, Proteção e Amparo das Meninas Pobres, da Cidade de Antonina. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N. 193-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Assistência, Proteção e Amparo às Meninas Pobres de Antonina, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1972.

aa) CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Presidente

GABRIEL MANOEL — Relator

BÁSILIO ZANUSSO

Redação Final — do Projeto de Lei n. 211-71, que eleva o "quantum" da pensão mensal assegurada às viúvas dos Deputados Estaduais. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N. 211-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — A pensão mensal especial assegurada à viúva de Deputado Estadual, de que tratam as Lei n. 4.763, de 5 de novembro de 1963, Lei n. 54-63, de 22 de novembro de 1963 e Lei 5.155, art. 2.º, regulamentada pelo Decreto Legislativo n. 180-64, de 19 de maio de 1964, fica estabelecida em valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da parte fixa do subsídio de Deputado Estadual.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1972.

aa) CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Presidente

GABRIEL MANOEL — Relator

BÁSILIO ZANUSSO

Redação Final — do Projeto de Lei n. 259-71, que autoriza o Poder Executivo criar no Distrito de Nova Prata, Município de Salto do Lontra, uma Agência de Rendas. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N. 259-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Distrito de Nova Prata, Município de Salto do Lontra, uma Agência de Rendas.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1972.

aa) CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Presidente

GABRIEL MANOEL — Relator

BÁSILIO ZANUSSO

Redação Final — do Projeto de Resolução n. 20-71, ex-Proposição n. 87-71, que aprova Convênio celebrado em outubro de 1970, entre o Estado do Paraná e o Ministério da Agricultura, com finalidade de executar o policiamento e fiscalização do trânsito de plantas "CITRUS", e afins, conforme recomendações do executor do Projeto de Combate ao Câncer Cítrico. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 20-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado a 1.º de outubro de 1970, entre o Estado do Paraná e o Ministério da Agricultura com a finalidade de executar o policiamento e fiscalização do trânsito de plantas "Citrus" e afins, conforme recomendações do Executor do Projeto de Combate ao Câncer Cítrico.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em...

aa) CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Presidente

GABRIEL MANOEL — Relator

BÁSILIO ZANUSSO

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja encaminhada solicitação ao Sr. Secretário de Transportes do Estado do Paraná, no sentido de ser assistida a estrada que liga Carambei e rodovia Ponta Grossa-Itararé. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Brandão, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de providenciar o pagamento das Zeladoras, que estão em atraso em alguns meses. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 288-71. — **Retirado pelo autor.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 22, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. Discussão — dos Projetos de Lei ns: 8-70, 273-70, 91-71, 5-72 e do Projeto de Resolução n. 9-72;

2a. Discussão — dos Projetos de Resolução ns: 2-72, 4-72 e do Projeto de Lei n. 9-72;

1a. Discussão — dos Projetos de Lei ns: 78-70, 288-70, 132-71, 25-72.

Levanta-se a sessão.